



# PRÁTICAS EM SAÚDE: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



## ORGANIZADORES

DR. AVELAR ALVES DA SILVA

DR WALLACE RODRIGUES DE HOLANDA MIRANDA

DR ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO





# PRÁTICAS EM SAÚDE: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



## ORGANIZADORES

DR. AVELAR ALVES DA SILVA  
DR WALLACE RODRIGUES DE HOLANDA MIRANDA  
DR ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



#### LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3 de [SCISAUDE](https://www.scisaude.com.br/catalogo/praticas-em-saude-uma-abordagem-multidisciplinar-3/92) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/praticas-em-saude-uma-abordagem-multidisciplinar-3/92>

2026 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2026 Os autores

Copyright da edição © 2026 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE



# PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3

## ORGANIZADORES

**Dr. Avelar Alves da Silva**

<http://lattes.cnpq.br/8204485246366026>

<https://orcid.org/0000-0002-4588-0334>

**Dr. Wallace Rodrigues de Holanda Miranda**

<http://lattes.cnpq.br/9510895183615760>

<https://orcid.org/0000-0002-0306-251X>

**Dr. Arquimedes Cavalcante Cardoso**

<http://lattes.cnpq.br/0647092865505641>

<https://orcid.org/0000-0001-9546-805X>

### **Editor chefe**

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

### **Projeto gráfico**

Lennara Pereira Mota

### **Diagramação:**

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

### **Revisão:**

Os Autores



## Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	Jean Carlos Leal Carvalho De Melo Filho	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana Britto Martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Práticas em saúde [livro eletrônico] : uma abordagem multidisciplinar / organizadores Avelar Alves da Silva, Wallace Rodrigues de Holanda Miranda, Arquimedes Cavalcante Cardoso. -- 1. ed. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2026.  
PDF

Vários autores. **Bibliografia.**  
ISBN 978-65-85376-79-2

1. Ciências da saúde 2. Educação em saúde  
3. Multidisciplinaridade 4. Promoção da saúde  
5. Saúde pública 6. Sistema Único de Saúde (Brasil)  
I. Silva, Avelar Alves da. II. Miranda, Wallace Rodrigues de Holanda. III. Cardoso, Arquimedes Cavalcante

26-333388.0

CDD-613

Índices para catálogo sistemático:

1. Promoção da saúde 613

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



10.56161/sci.ed.20260204



978-65-85376-79-2



SCISAUDE

Teresina – PI – Brasil

[scienceesaude@hotmail.com](mailto:scienceesaude@hotmail.com)

[www.scisaude.com.br](http://www.scisaude.com.br)



# APRESENTAÇÃO

A promoção da saúde é um pilar essencial para a construção de sociedades mais saudáveis e resilientes. Com o avanço das pesquisas e a necessidade de abordagens cada vez mais integradas e interdisciplinares, **"PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3"** surge como uma obra fundamental para profissionais, pesquisadores e estudantes que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Este livro reúne uma série de estudos atualizados, abordando estratégias inovadoras, políticas públicas, desafios contemporâneos e práticas bem-sucedidas na promoção da saúde. A diversidade dos temas tratados reflete a amplitude desse campo, explorando desde a atenção primária até a implementação de tecnologias na saúde, passando por programas de prevenção, educação em saúde e análise epidemiológica.

Com uma linguagem clara e fundamentação científica rigorosa, **"PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3"** é uma leitura indispensável para aqueles que buscam compreender as novas tendências e contribuir para a efetivação de ações voltadas ao bem-estar da população.

Este livro não apenas compartilha conhecimento, mas também incentiva a reflexão crítica e a aplicação de estratégias baseadas em evidências para um futuro mais saudável e sustentável.

**Boa Leitura!!!**



<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>11</b>
<b>A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO EIXO ESTRUTURANTE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE</b> ....	<b>11</b>
10.56161/sci.ed.20260204C1 .....	11
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SUS</b> .....	<b>20</b>
10.56161/sci.ed.20260204C2 .....	20
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
<b>A INVISIBILIDADE DA OBESIDADE INFANTIL NA SAÚDE PÚBLICA</b> .....	<b>29</b>
10.56161/sci.ed.20260204C3 .....	29
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
<b>A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: COMO PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS APROFUNDAM DESIGUALDADES NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE</b> .....	<b>42</b>
10.56161/sci.ed.20260204C4 .....	42
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE COMUNITÁRIA</b> .....	<b>53</b>
10.56161/sci.ed.20260204C5 .....	53
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
<b>INTEGRAÇÃO ENTRE ENFERMAGEM E ODONTOLOGIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA</b> .....	<b>61</b>
10.56161/sci.ed.20260204C6 .....	61
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
<b>EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO SEMIÁRIDO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA CULTURA ALIMENTAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA</b> .....	<b>81</b>
10.56161/sci.ed.20260204C7 .....	81
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
<b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VULNERABILIDADES À SAÚDE SEXUAL: EPIDEMIOLOGIA DAS ISTS EM IDOSOS NO BRASIL</b> .....	<b>91</b>
10.56161/sci.ed.20260204C8 .....	91
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>101</b>
<b>ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS EVITÁVEIS: CONTRIBUIÇÕES DA VIGILÂNCIA PARA A GESTÃO DO SUS</b> .....	<b>101</b>
10.56161/sci.ed.20260204C9 .....	101
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>111</b>
<b>BASES MOLECULARES DA ONCOLOGIA: VIAS DE SINALIZAÇÃO COMO ALVOS PARA TERAPIAS DE PRECISÃO</b> .....	<b>111</b>
10.56161/sci.ed.20260204C10 .....	111
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>123</b>
<b>INSEGURANÇA ALIMENTAR E OBESIDADE DUAS FACES SOCIAIS DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA</b> .....	<b>123</b>
10.56161/sci.ed.20260204C11 .....	123
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>136</b>
<b>IMPACTOS DA CIRURGIA ORTOGNÁTICA, PALATOPLASTIA E QUEILOPLASTIA EM INDIVÍDUOS COM FISSURA LABIOPALATINA</b> .....	<b>136</b>
10.56161/sci.ed.20260204C12 .....	136
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>143</b>



<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE FRENTE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS .....</b>	<b>143</b>
10.56161/sci.ed.20260204C13 .....	143
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>155</b>
<b>RACISMO ESTRUTURAL COMO DETERMINANTE INVISIBILIZADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE .....</b>	<b>155</b>
10.56161/sci.ed.20260204C14 .....	155
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>170</b>
<b>SIMULAÇÃO COMO MÉTODO DE APRENDIZAGEM NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM).....</b>	<b>170</b>
10.56161/sci.ed.20260204C15 .....	170
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>180</b>
<b>TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA: PROTEÇÃO COLETIVA OU EROSÃO DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS? .....</b>	<b>180</b>
10.56161/sci.ed.20260204C16 .....	180
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>191</b>
<b>AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRÉ-NATAL NO SUS: AVANÇOS E LACUNAS DO CUIDADO INTEGRAL .....</b>	<b>191</b>
10.56161/sci.ed.20260204C17 .....	191
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>200</b>
<b>PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE NO BRASIL: UMA DÉCADA DE ANÁLISE.....</b>	<b>200</b>
10.56161/sci.ed.20260204C18 .....	200
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>214</b>
<b>TRATAMENTO COM SAMÁRIO-153 NA METÁSTASE ÓSSEA.....</b>	<b>214</b>
10.56161/sci.ed.20260204C19 .....	214
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>221</b>
<b>ATUALIZAÇÃO DO PLANO GLOBAL SOBRE RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA: VIGILÂNCIA, USO RACIONAL E IMPACTOS NO SUS.....</b>	<b>221</b>
10.56161/sci.ed.20260204C20 .....	221
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>231</b>
<b>SAÚDE COLETIVA FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS GLOBAIS: LIÇÕES DA COVID-19, MONKEYPOX E ARBOVIROSES PARA VIGILÂNCIA, RESPOSTA RÁPIDA E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE .....</b>	<b>231</b>
10.56161/sci.ed.20260204C21 .....	231
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>243</b>
<b>AGENDA 2030 E SAÚDE COLETIVA: DESAFIOS PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS RELACIONADAS À SAÚDE EM CONTEXTOS DE DESIGUALDADE SOCIAL E FRAGILIDADE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA.....</b>	<b>243</b>
10.56161/sci.ed.20260204C22 .....	243
<b>CAPÍTULO 23.....</b>	<b>255</b>
<b>AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA E NO TERRITÓRIO .....</b>	<b>255</b>
10.56161/sci.ed.20260204C23 .....	255
<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>272</b>
<b>CONTINUIDADE DO CUIDADO INFANTIL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>272</b>
10.56161/sci.ed.20260204C24 .....	272
<b>CAPÍTULO 25.....</b>	<b>283</b>
<b>EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM FORMATO ONLINE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO ENTARDECER CIENTÍFICO .....</b>	<b>283</b>
10.56161/sci.ed.20260204C25 .....	283
<b>CAPÍTULO 26.....</b>	<b>294</b>



<b>O PAPEL DA AMPLITUDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GLOBULOS VERMELHOS (RDW) NA TRIAGEM DO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....</b>	<b>294</b>
10.56161/sci.ed.20260204C26 .....	294
<b>CAPÍTULO 27.....</b>	<b>309</b>
<b>INTEGRAÇÃO VIGILÂNCIA-PROMOÇÃO E O PAPEL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO CONTROLE TERRITORIAL DAS ARBOVIROSES .....</b>	<b>309</b>
10.56161/sci.ed.20260204C27 .....	309
<b>CAPÍTULO 28.....</b>	<b>328</b>
<b>SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS NO PLANEJAMENTO EM SAÚDE COLETIVA.....</b>	<b>328</b>
10.56161/sci.ed.20260204C28 .....	328
<b>CAPÍTULO 29.....</b>	<b>339</b>
<b>A CARTA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DA SAÚDE E OS LIMITES DE SUA EFETIVAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE .....</b>	<b>339</b>
10.56161/sci.ed.20260204C29 .....	339
<b>CAPÍTULO 30.....</b>	<b>351</b>
<b>A FORMAÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REFORMA SANITÁRIA, CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E ARRANJOS DE GOVERNANÇA.....</b>	<b>351</b>
10.56161/sci.ed.20260204C30 .....	351
<b>CAPÍTULO 31.....</b>	<b>362</b>
<b>ALEITAMENTO MATERNO: COMO FATOR DE EFEITO PROTETOR CONTRA A OBESIDADE INFANTIL .....</b>	<b>362</b>
10.56161/sci.ed.20260204C31 .....	362
<b>CAPÍTULO 32.....</b>	<b>375</b>
<b>A IMPORTÂNCIA DO ARCO CIRÚRGICO NA CIRURGIA ORTOPÉDICA.....</b>	<b>375</b>
10.56161/sci.ed.20260204C32 .....	375
<b>CAPÍTULO 33.....</b>	<b>384</b>
<b>TENDÊNCIAS DOS INDICADORES DE NEOPLASIA MALIGNA DO CÓLON NO BRASIL (2019–2024).....</b>	<b>384</b>
10.56161/sci.ed.20260204C33 .....	384
<b>CAPÍTULO 34.....</b>	<b>397</b>
<b>POTENCIALIDADES E LIMITES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE INFANTOJUVENIL.....</b>	<b>397</b>
10.56161/sci.ed.20260204C34 .....	397
<b>CAPÍTULO 35.....</b>	<b>409</b>
<b>A INCLUSÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DISCENTES DE ODONTOLOGIA NA GERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE.....</b>	<b>409</b>
10.56161/sci.ed.20260204C35 .....	409



# CAPÍTULO 34

## POTENCIALIDADES E LIMITES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE INFANTOJUVENIL

STRENGTHS AND LIMITATIONS OF THE SCHOOL HEALTH PROGRAM IN PROMOTING CHILD AND ADOLESCENT HEALTH

 10.56161/sci.ed.20260204C34

**Isabella Gonçalves Ribeiro Vaz**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Atenas - UniAtenas

**Joana Paula Carvalho Correa**

Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Especialista em Saúde do trabalhador

**Kalíope Ribeiro Lucas**

Fisioterapeuta e Pós-graduada em Gestão em Saúde pela FioCruz

**Ilana Sousa Cavalcante**

Psicóloga pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco

**Fernanda Rodrigues Prado**

Especialista em Saúde da Família pela Unifesp

**José Leal Rodrigues**

Professor do Instituto Federal do Maranhão e Doutor em Química pela UFMG

**Carlos Lopatiuk**

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutor em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

**Carla Emanuele Lopatiuk**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real

**Diego Rodrigues Castelhana**

Biomédico pela Universidade do Sul de Santa Catarina

**Elizabeth Ferreira da Rocha**



Enfermeira Docente e Professora na UNINASSAU de Brasília e Diretora do Colégio Afirmativo e Educação Continuada na Plástika Brasília.

## RESUMO

O presente estudo analisa as potencialidades e os limites do Programa Saúde na Escola (PSE) na promoção da saúde infantojuvenil, considerando sua configuração normativa recente e sua materialização no contexto da Atenção Primária à Saúde. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica com recorte temporal entre 2023 e 2025 e em análise documental de portarias ministeriais e notas técnicas que regulamentam os ciclos 2023/2024 e 2025/2026 do programa. A busca bibliográfica foi realizada nas bases BVS, SciELO, Portal CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados à saúde escolar, intersetorialidade e promoção da saúde. Os resultados indicam que o PSE apresenta avanços significativos no fortalecimento da intersetorialidade entre saúde e educação, na ampliação do monitoramento das ações e na incorporação de temáticas contemporâneas, como saúde mental e prevenção de violências. Entretanto, persistem desafios relacionados à sobrecarga das equipes da Atenção Primária, à fragilidade da governança local e à dificuldade de consolidação de práticas intersetoriais contínuas. Conclui-se que o programa possui relevância estratégica para a promoção da saúde de crianças e adolescentes, embora sua efetividade dependa do fortalecimento institucional, da qualificação permanente das equipes e da consolidação de mecanismos avaliativos que garantam sustentabilidade e impacto territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Escolar; Promoção da Saúde; Atenção Primária à Saúde; Intersetorialidade; Saúde da Criança.


## ABSTRACT

This study analyzes the strengths and limitations of the School Health Program (PSE) in promoting child and adolescent health, considering its recent regulatory framework and its implementation within Primary Health Care. It is a qualitative, exploratory, and descriptive study based on a bibliographic review covering publications from 2023 to 2025 and a documentary analysis of ministerial ordinances and technical notes regulating the 2023/2024 and 2025/2026 cycles of the program. The literature search was conducted in the BVS, SciELO, CAPES Portal, and Google Scholar databases using descriptors related to school health, intersectorality, and health promotion. The findings indicate significant advances in strengthening intersectoral coordination between health and education, expanding action monitoring, and incorporating contemporary themes such as mental health and violence prevention. However, persistent challenges remain, particularly regarding Primary Health Care team workload, local governance fragility, and difficulties in consolidating sustained intersectoral practices. It is concluded that the program plays a strategic role in promoting child and adolescent health, although its effectiveness depends on institutional strengthening, continuous professional qualification, and the consolidation of evaluative mechanisms ensuring sustainability and territorial impact.

**KEYWORDS:** School Health; Health Promotion; Primary Health Care; Intersectoral Collaboration; Child Health.

## 1. INTRODUÇÃO





A promoção da saúde infantojuvenil tem sido progressivamente reconhecida como eixo estruturante das políticas públicas brasileiras, sobretudo diante do aumento das vulnerabilidades sociais, da ampliação dos agravos relacionados à saúde mental e da persistência de desigualdades que atravessam o cotidiano escolar (Brasil, 2023; Silva *et al.*, 2025).

Nesse contexto, a escola consolida-se como espaço estratégico de intervenção, não apenas por concentrar parcela significativa da população infantil e adolescente, mas por constituir ambiente privilegiado de socialização, formação cidadã e construção de práticas preventivas, sendo reconhecida como território prioritário para ações de promoção da saúde (Brasil, 2023). É sob essa perspectiva que o Programa Saúde na Escola (PSE) assume relevância singular, ao propor articulação permanente entre os setores da saúde e da educação, integrando ações de promoção, prevenção e acompanhamento no âmbito da Atenção Primária (Brasil, 2023).


Instituído por meio de política interministerial entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, o PSE foi concebido com a finalidade de fortalecer a intersetorialidade e ampliar o acesso de estudantes da rede pública a ações de cuidado integral, consolidando a escola como espaço de produção de saúde e cidadania (Brasil, 2007; Brasil, 2017).

Contudo, passados mais de quinze anos de sua implementação, o debate contemporâneo desloca-se da dimensão meramente normativa para a análise de sua efetividade concreta nos territórios, questionando em que medida a política consegue superar desafios históricos de fragmentação institucional e de sobrecarga das equipes da Atenção Primária. Conforme assinala Monte *et al.* (2023), a consolidação do programa depende não apenas de diretrizes formais, mas da capacidade de integração orgânica entre profissionais da saúde e da educação, o que exige planejamento contínuo e governança local fortalecida.

Há avanços no monitoramento das ações e na padronização de indicadores, que evidencia esforço institucional de qualificação da política pública (Silva *et al.*, 2025). Ainda assim, persistem desafios operacionais relacionados à intersetorialidade e à sustentabilidade das ações nos diferentes contextos municipais. Além disso, pesquisas que analisam impactos no ambiente escolar sugerem contribuições relevantes do PSE na prevenção de violências e no fortalecimento da saúde mental, ampliando sua compreensão para além de práticas biomédicas tradicionais (Cavalheiro; Becker, 2025).

Diante desse cenário, torna-se pertinente investigar, de forma crítica e atualizada, as potencialidades e os limites do Programa Saúde na Escola na promoção da saúde





infantojuvenil, considerando tanto sua estrutura normativa recente quanto as evidências empíricas disponíveis. O presente estudo, portanto, propõe-se a analisar o PSE a partir de sua configuração contemporânea, examinando seus avanços institucionais, seus impactos no contexto escolar e os entraves que ainda condicionam sua efetividade, contribuindo para o debate sobre políticas públicas intersetoriais voltadas à infância e à adolescência no Brasil.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica estruturada e análise documental normativa. Tal delineamento foi adotado considerando que o objetivo central consistiu em analisar as potencialidades e os limites do Programa Saúde na Escola na promoção da saúde infantojuvenil, demandando, portanto, interpretação crítica de dispositivos legais recentes e de produções acadêmicas atualizadas.

### 3.1 Tipo de estudo

Trata-se de revisão bibliográfica com recorte temporal delimitado aos anos de 2023 a 2025, articulada à análise documental de normativas federais referentes aos ciclos recentes do Programa Saúde na Escola. A escolha do recorte temporal justificou-se pela necessidade de examinar o programa sob a perspectiva de sua configuração normativa e avaliativa mais atual, especialmente após os ciclos 2023/2024 e 2025/2026.

### 3.2 Fontes de dados e bancos de dados

A busca bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados:

- Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)
- Scientific Electronic Library Online (SciELO)
- Google Scholar (Google Acadêmico)
- Portal de Periódicos CAPES

A escolha dessas bases fundamentou-se na abrangência da produção científica nacional na área da Saúde Coletiva, Educação em Saúde e Políticas Públicas, bem como na indexação de periódicos brasileiros relevantes para o tema.



No que concerne à pesquisa documental, foram consultados:

- Portal oficial do Ministério da Saúde
- Base de legislação do Diário Oficial da União (DOU)
- Repositório de Normas da BVS Saúde

Foram incluídas na análise as seguintes normativas:

- Portaria GM/MS nº 1.004/2023
- Portaria GM/MS nº 5.608/2024
- Portaria GM/MS nº 7.568/2025
- Nota Técnica nº 23/2024
- Nota Técnica nº 30/2024

### 3.3 Estratégia de busca

Foram utilizados os seguintes descritores e combinações, empregando operadores booleanos AND e OR:

- “Programa Saúde na Escola” AND “promoção da saúde”
- “Programa Saúde na Escola” AND “intersetorialidade”
- “PSE” AND “monitoramento”
- “saúde escolar” AND “Atenção Primária”
- “bullying” AND “Programa Saúde na Escola”

A estratégia de busca priorizou artigos completos disponíveis em língua portuguesa, publicados entre janeiro de 2023 e dezembro de 2025.

### 3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Foram estabelecidos como critérios de inclusão:

- Publicações entre 2023 e 2025
- Estudos com foco direto no Programa Saúde na Escola
- Artigos científicos completos disponíveis gratuitamente
- Documentos oficiais federais vigentes

Foram excluídos:

- Trabalhos anteriores a 2023
- Estudos que abordavam saúde escolar sem menção ao PSE
- Produções opinativas sem fundamentação empírica



- Textos duplicados nas bases de dados

### 3.5 Procedimentos de análise

Os documentos normativos e artigos selecionados foram submetidos à análise temática de conteúdo. Inicialmente, realizou-se leitura integral dos textos, identificando categorias centrais relacionadas a financiamento, monitoramento, intersetorialidade, impactos psicossociais e desafios operacionais. Em seguida, os conteúdos foram organizados em eixos analíticos que orientaram a seção de resultados e discussão.

A análise interpretativa buscou articular os dispositivos normativos às evidências descritas na literatura, permitindo compreender de forma integrada os avanços institucionais e os entraves operacionais do Programa Saúde na Escola. Tal procedimento possibilitou construção argumentativa fundamentada e coerente com o objetivo do estudo.

### 3.6 Aspectos éticos

Por tratar-se de estudo baseado exclusivamente em documentos públicos e produções científicas já publicadas, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme normativas vigentes. Todos os autores e documentos utilizados foram devidamente citados, respeitando os princípios da integridade científica.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A consolidação do Programa Saúde na Escola enquanto política pública estruturante da promoção da saúde infantojuvenil revela, sob uma perspectiva institucional mais ampla, que a articulação entre os setores da saúde e da educação vem sendo progressivamente incorporada como eixo estratégico da Atenção Primária à Saúde no Brasil (Silva *et al.*, 2025).

Nesse sentido, as Portarias GM/MS nº 1.004/2023, nº 5.608/2024 e nº 7.568/2025 demonstram continuidade administrativa e regularidade no repasse de recursos federais, configurando um cenário de estabilidade normativa que favorece o planejamento de médio prazo e a execução sistemática das ações do Programa Saúde na Escola. Conforme a Portaria GM/MS nº 1.004/2023, que habilita municípios ao ciclo 2023/2024:

PORTARIA GM/MS Nº 1.004, DE 21 DE JULHO DE 2023 — Define os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2023/2024, os habilita ao





recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências (BRASIL, 2023, grifo nosso).

No mesmo sentido, a Portaria GM/MS nº 5.608/2024 estabelece habilitação para o recebimento do incentivo financeiro no segundo ano do ciclo em curso:

PORTARIA GM/MS Nº 5.608, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024 — Habilita Municípios e Distrito Federal ao recebimento do incentivo financeiro para implementação das ações do Programa Saúde na Escola no segundo ano do ciclo 2023/2024, conforme Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.055, de 26 de abril de 2017 (BRASIL, 2024, grifo nosso).

Posteriormente, a Portaria GM/MS nº 7.568/2025 reafirma a lógica cíclica de habilitação e repasse:

PORTARIA GM/MS Nº 7.568, DE 14 DE JULHO DE 2025 — Define e habilita os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola — PSE — ao recebimento de recursos financeiros referentes ao ciclo 2025/2026, nos termos da Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.055, de 25 de abril de 2017, observados prazos e monitoramento das ações pactuadas (BRASIL, 2025, grifo nosso).

Desse modo, a leitura articulada desses dispositivos normativos evidencia que a política pública não é episódica, mas estruturada em ciclos sucessivos de adesão, monitoramento e habilitação financeira, o que cria previsibilidade institucional e sustenta a permanência das ações de promoção da saúde no ambiente escolar.

Pode-se afirmar que tal regularidade financeira representa condição necessária, embora não suficiente, para a consolidação do programa, pois, de acordo com Silva et al. (2025), a efetividade intersetorial depende menos da existência formal de normativas e mais da qualidade das relações institucionais estabelecidas nos territórios.

Sob essa perspectiva, a análise dos documentos técnicos mais recentes evidencia movimento de qualificação dos mecanismos de monitoramento e avaliação, sobretudo a partir da Nota Técnica nº 23/2024, que apresenta os resultados consolidados do ciclo anterior, e da Nota Técnica nº 30/2024, que redefine indicadores e parâmetros avaliativos para o ciclo subsequente. A Nota Técnica nº 23/2024, destinada à divulgação do monitoramento das ações do Programa Saúde na Escola em 2023, explicita que o processo de monitoramento busca sistematizar informações relevantes acerca da execução das atividades pactuadas nos municípios e a avaliação de sua conformidade:

As atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Saúde na Escola devem ser acompanhadas por meio de registros e informações constantes no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB, de forma a permitir a obtenção de parâmetros que subsidiem a análise da execução das ações e a identificação de



De modo complementar, a Nota Técnica nº 30/2024, que orienta o ciclo 2025/2026 e delimita os indicadores e padrões de avaliação do PSE, descreve a importância do monitoramento e da avaliação para o aperfeiçoamento das ações implementadas e para a tomada de decisão pelos gestores:

O monitoramento e a avaliação das ações do Programa Saúde na Escola são fundamentais para a implementação do Programa, para que seja realizado o aperfeiçoamento das atividades, ao acompanhar as implicações propagadas no território, bem como a reorientação das ações, quando necessário. Além disso, o monitoramento das ações está atrelado ao cálculo do incentivo financeiro do segundo ano do ciclo do PSE a ser repassado para os Municípios e Distrito Federal de maneira a incentivar a execução de atividades de promoção da saúde nas escolas (BRASIL, Nota Técnica nº 30/2024)


Dessa forma, fica evidente, pelos próprios referenciais técnicos oficiais, que o PSE incorpora princípios avaliativos mais robustos, enfatizando não apenas o registro e a coleta de dados, mas também a utilização desses subsídios para promover ajustes no planejamento e na gestão intersetorial das ações de promoção da saúde, com o objetivo de ampliar a efetividade e a qualidade das intervenções no ambiente escolar.

É bem como bem pontua Monte *et al.* (2023), quando ressaltam que a institucionalização de indicadores contribui para maior visibilidade das ações desenvolvidas nas escolas, fortalecendo a *accountability* pública e permitindo comparabilidade entre municípios; contudo, os autores também assinalam que a mensuração quantitativa não captura integralmente os impactos subjetivos e relacionais produzidos nas comunidades escolares.

Diante desse cenário, observa-se que as potencialidades do PSE se manifestam, de maneira mais evidente, na ampliação do escopo temático e na incorporação de pautas contemporâneas relacionadas aos determinantes sociais da saúde, à inclusão e à equidade. Conforme assinala o Ministério da Saúde (BRASIL, 2026a), os materiais institucionais atualizados incorporam discussões sobre deficiência e direitos, ampliando a compreensão da saúde como fenômeno socialmente situado e atravessado por desigualdades estruturais. Tal ampliação conceitual dialoga com a análise de Delela *et al.* (2024), que enfatizam a relevância da interdisciplinaridade como elemento constitutivo da qualidade de vida estudantil, argumentando que intervenções integradas produzem efeitos que ultrapassam a dimensão biomédica e alcançam aspectos psicossociais e educacionais.

No plano empírico, Cavaleiro e Becker (2025) identificam impacto positivo das ações do PSE na redução de episódios de discriminação e bullying, indicando que intervenções





sistematizadas no ambiente escolar contribuem para a melhoria do clima institucional e para a proteção da saúde mental dos estudantes. Conforme assinalam os autores, a presença contínua de profissionais da saúde nas escolas fortalece redes de apoio e favorece identificação precoce de situações de vulnerabilidade, configurando um ambiente mais acolhedor e seguro. Com isso, o programa passa a operar como instrumento de prevenção de violências e promoção de convivência democrática, consolidando-se como política transversal.

Entretanto, a análise dos resultados também revela limites estruturais que tensionam a efetividade da proposta intersetorial. Monte *et al.* (2023) apontam sobrecarga das equipes da Estratégia Saúde da Família como fator recorrente que compromete continuidade das ações, pois a inserção do PSE no cotidiano da Atenção Primária ocorre, muitas vezes, sem reorganização proporcional dos processos de trabalho. É bem como bem pontua Silva *et al.* (2025), quando afirmam que a intersetorialidade exige coordenação ativa, planejamento conjunto e definição clara de responsabilidades, sob pena de as ações se fragmentarem e assumirem caráter episódico.

Posto isso, pode-se afirmar que a intersetorialidade, embora prevista como princípio estruturante do programa, ainda encontra barreiras operacionais nos territórios, sobretudo em municípios onde inexitem comissões intersetoriais ativas ou espaços institucionais permanentes de diálogo entre gestores da saúde e da educação (Silva *et al.*, 2025). Delela *et al.* (2024) reforçam que a interdisciplinaridade não se concretiza por mera coexistência de setores, mas se constrói mediante pactuação de objetivos, compartilhamento de informações e corresponsabilização pelas ações implementadas, configurando processo contínuo de negociação institucional.

Além disso, os instrumentos normativos recentes evidenciam esforço governamental de ampliação da cobertura e padronização das ações, contudo, conforme assinala a Nota Técnica nº 23/2024, persistem desigualdades regionais na execução e no registro das atividades desenvolvidas, o que indica heterogeneidade na implementação (Brasil, 2024a). Nesse sentido, é possível compreender que a capilaridade territorial do PSE constitui simultaneamente sua maior potencialidade e um de seus maiores desafios, pois a diversidade de contextos locais exige adaptações que, por vezes, dificultam padronização avaliativa.

Sob essa perspectiva analítica, torna-se evidente que o PSE se consolida como política pública relevante para a promoção da saúde infantojuvenil, apresentando avanços normativos, expansão temática e evidências de impacto psicossocial positivo, especialmente no enfrentamento de violências escolares. Por outro lado, seus limites estruturais concentram-se



na operacionalização concreta da intersetorialidade e na necessidade de fortalecimento permanente das equipes envolvidas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite compreender que o Programa Saúde na Escola ocupa posição estratégica na consolidação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde infantojuvenil no Brasil, configurando-se como instrumento relevante de articulação entre os campos da saúde e da educação. Sua permanência ao longo dos ciclos de gestão evidencia estabilidade institucional e reconhecimento de sua importância no âmbito da Atenção Primária à Saúde, sobretudo por possibilitar intervenções preventivas e educativas em um espaço social privilegiado, que é a escola.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as principais potencialidades do programa residem em sua capilaridade territorial, na incorporação progressiva de temas relacionados à equidade, à inclusão e aos determinantes sociais da saúde, bem como na possibilidade de atuação precoce frente a situações de vulnerabilidade. A presença sistemática de ações no ambiente escolar favorece não apenas a disseminação de informações em saúde, mas também a construção de vínculos, a identificação de demandas ocultas e o fortalecimento de uma cultura de cuidado compartilhado, contribuindo para a formação integral de crianças e adolescentes.

Entretanto, os limites identificados ao longo da análise indicam que a intersetorialidade, embora prevista como princípio estruturante do programa, ainda enfrenta desafios práticos nos territórios. A integração entre as equipes da saúde e da educação exige planejamento contínuo, definição clara de responsabilidades e reorganização dos processos de trabalho, evitando que as ações assumam caráter pontual ou burocrático. Sem essa articulação efetiva, o potencial transformador da política tende a se reduzir, permanecendo restrito ao plano formal.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o fortalecimento do Programa Saúde na Escola depende não apenas da manutenção de recursos financeiros, mas da consolidação de uma cultura institucional intersetorial, fundada na corresponsabilidade e no compromisso com a promoção da saúde como direito social. Assim, conclui-se que o programa apresenta relevância incontestável no contexto contemporâneo, embora sua plena efetividade esteja condicionada à superação de entraves operacionais e à consolidação de práticas integradas que garantam impactos concretos e duradouros na vida de crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS



BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm). Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Materiais de apoio — Programa Saúde na Escola**. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/programa-saude-na-escola>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno da consulta pública: Revisão e atualização do caderno temático do Programa Saúde na Escola (PSE) — “O que é deficiência”**. Brasília, DF: MS, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.004, de 21 de julho de 2023**. Define os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2023/2024, habilita ao recebimento de recursos e dá outras providências. Brasília, DF: MS, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.004-de-21-de-julho-de-2023-498170617>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 5.608, de 12 de novembro de 2024**. Habilita Municípios e Distrito Federal ao recebimento do incentivo financeiro para implementação das ações do Programa Saúde na Escola (PSE) no segundo ano do ciclo 2023/2024. Brasília, DF: MS, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 7.568, de 14 de julho de 2025**. Define e habilita os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) ao recebimento de recursos financeiros referentes ao ciclo 2025/2026. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Nota Técnica nº 23/2024-CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS**. Divulgação dos resultados do monitoramento das ações do Programa Saúde na Escola em 2023. Brasília, DF: MS, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse/publicacoes>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Nota Técnica nº 30/2024-CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS**. Indicadores e padrões de avaliação do ciclo 2025/2026 (PSE). Brasília, DF: MS, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse/publicacoes>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE)**: página institucional com orientação sobre monitoramento e avaliação. Brasília, DF: MS, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola – PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 abr. 2017. Disponível em:



[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055\\_26\\_04\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html). Acesso em: 19 fev. 2026.

CAVALHEIRO, Jennifer da Rosa; BECKER, Kalinca Léia. Análise do impacto do Programa Saúde na Escola sobre os casos de discriminação e bullying. **Planejamento e Políticas Públicas**, 2025. DOI: 10.38116/ppp69art2. Acesso em: 19 fev. 2026.

DELELA, F. C. L.; ROCHA, M. E.; SILVA, C. M. A.; CARMO, M. I. B. R. D.; SANTOS, D. J. dos; MENEZES, M. T. S.; ALMEIDA, L. E. de; SILVA, M. A. de S.; LALES, K. F.; MELO, J. M. D. de; OLIVEIRA, T. S. de. Interdisciplinaridade entre saúde e educação: Programa Saúde na Escola e suas implicações para a qualidade de vida dos estudantes. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 4, p. 1433–1443, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n4p1433-1443. Acesso em: 19 fev. 2026.

MONTE, Layanne Lima; FREITAS, Antoniello Araújo de; ROCHA, Aparecida do Espírito Santo de Holanda; GALVÃO, Tatiana Custódio das Chagas Pires. Programa Saúde na Escola: avanços, dificuldades e desafios na promoção da saúde nas escolas do Brasil. **Revista de APS**, v. 26, 2023. DOI: 10.34019/1809-8363.2023.v26.38864. Acesso em: 19 fev. 2026.

SILVA, Luciana Terezinha da; LIMA, Camilla Aparecida Silva de Oliveira; VARGAS, Andréa Maria Duarte; PORDEUS, Isabela Almeida. Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: estudo de caso de um município de Minas Gerais, Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 29, 2025, e230431. DOI: 10.1590/interface.230431. Acesso em: 19 fev. 2026.

